



HABILIDADES SOCIAIS PARA INSERÇÃO E ASCENSÃO PROFISSIONAL NA ARQUITETURA E URBANISMO

Cristiano Ricardo de Azevedo Pacheco¹

Resumo

O texto que se apresenta aborda o desenvolvimento da análise dos espaços de atuação do arquiteto e urbanista, assentando-se nas circunstâncias sociais, institucionais e políticas de participação profissional em instâncias do mercado de trabalho. Nesse sentido, abordam-se as discussões em torno da instalação da nova entidade representativa – Conselho de Arquitetura e Urbanismo do Brasil (CAU/BR) - dos arquitetos, possibilitando assim mostrar a luta pela definição dos investimentos na carreira de trabalho. Nesse contexto, percebe-se o conjunto de recursos acumulados, relacionado às origens sociais e à inserção em esferas sociais diversas, utilizado pelos agentes como estratégias de inserção e ascensão no mercado de trabalho. Portanto, este artigo, provoca a discussão quanto à importância do entendimento das dinâmicas sociais e da cultura profissional do grupo de arquitetos e urbanistas para, assim, identificar os conteúdos e formas de sociabilidade dos agentes protagonistas que investem nos principais campos de atuação. Sendo assim, tal provocação assenta-se nas alterações ocorridas no mercado de trabalho após a nova regulamentação da categoria, onde permitiu-se testemunhar que o exercício da atividade de arquitetura e urbanismo apresenta-se associado à aplicação de variados recursos em diversas áreas e que essa condição é determinante para o êxito na trajetória profissional.

Palavras-chave: Conflitos. Estratégias. Carreira.

¹ Mestre em Sociologia pelo Programa de Pós-graduação em Sociologia da Universidade Federal de Sergipe. E-mail: cristiano.pacheco38@gmail.com.

INTRODUÇÃO

Há décadas, existe uma explícita e divulgada disputa mercadológica entre vários atores, de especialidades distintas, envolvidos no ramo da construção civil no Brasil. São exemplos desses conflitos extraprofissionais: litígios, notas de repúdio, grupos de harmonização² e as próprias regulamentações profissionais. Esses confrontos se intensificaram com a recente saída, em 2012, dos arquitetos do Conselho Federal de Engenharia, Arquitetura e Agronomia (CONFEA) e, portanto, traduzem uma tentativa de consolidação do espaço de atuação profissional. Uma das principais manifestações dessas lutas pode ser observada entre as categorias que fazem sobreposições³ de atividades. Encontram-se diversos registros de disputas litigiosas e mercadológicas no âmbito dos possíveis sobreposições de atribuições que envolvem grupos de profissões e ofícios da construção e que se acentuaram após a edição da Resolução nº 51⁴, de 12 de julho de 2013 do recém-criado Conselho de Arquitetura e Urbanismo do Brasil (CAU/BR), que define as atribuições privativas dos profissionais arquitetos e urbanistas.

Portanto, este artigo, tem como objetivo esmiuçar o espaço de atuação profissional do arquiteto e urbanista, a partir da compreensão de que esse é um espaço de luta por fatias no mercado de trabalho. Logo, elegeram-se um duplo objeto empírico, que consiste de um lado, na entidade representativa de classe profissional e seus esforços no sentido de construir um espaço de atuação reservado aos arquitetos e, de outro, os arquitetos protagonistas atuantes e suas estratégias de investimento profissional. Como protagonistas entendemos aqueles que ocupam posição de destaque, gerenciamento ou chefia em diferentes espaços de atuação. Trata-se, mais especificamente, de demonstrar a relação entre um conjunto de atores envolvidos nesse decurso, de modo a identificar as interações e os recursos sociais

² A Comissão Temática de Harmonização Interconselhos, ajustada entre o CAU/BR e o CONFEA, tem como objetivo analisar e harmonizar as legislações da Arquitetura e Urbanismo e das Engenharias, e solucionar conflitos e sobreposições nas atividades de cada profissão (CAU/BR, 2016).

³ Termo utilizado pelas profissões que atuam na construção civil e possuem atividades em comum dentro dos campos de atuação de categorias profissionais distintas.

⁴ A Resolução nº 51 CAU/BR, editada em 2013, especifica as atividades, as atribuições e os campos de atuação privativos dos arquitetos e urbanistas, os que são compartilhados entre estes e os profissionais legalmente habilitados em outras profissões regulamentadas. Cumpre referir que esse normativo se reveste de importância capital tanto para a Arquitetura e Urbanismo como para seus profissionais, os quais, há décadas, vêm assistindo várias das atividades técnicas que, historicamente, foram reconhecidas como de sua alçada – projeto arquitetônico, urbanístico e paisagístico, e aquelas do âmbito do patrimônio histórico – sendo indevidamente exercidas por outros profissionais que não têm a necessária formação acadêmica que os credencie para tal (CAU/BR).

associados ao investimento na profissão. Assim, torna-se fundamental compreender a trajetória dos atores envolvidos, suas redes de relacionamentos e suas influências na composição do profissional.

Para desempenhar tal tarefa, torna-se fundamental submeter à análise crítica os arquitetos protagonistas no mercado de trabalho, considerando-se como referência do sentido de protagonismo as informações de cunho socioeconômico existentes no censo⁵ do CAU. Para isso, foram consideradas as informações quanto às “atuações em campos profissionais” e “maiores remunerações individuais”. Tais dados são as diretrizes para configurar o caráter de notoriedade, ao que me refiro aqui de protagonismo. Logo, para atingir tal finalidade, procurou-se observar as peculiaridades sociais daqueles que investiram na arquitetura, em Aracaju/Se, em épocas diversas, situando como referência as características de dois grupos de profissionais. No total foram entrevistados 14 arquitetos, dentre os quais, 7 estão no ranking de maiores emissores de RRTs⁶ do CAU-SE, já os 7 restantes são arquitetos que possuem visibilidade social, através de destaques em mídias específicas da profissão e ocupam posições de chefias em órgãos públicos e empresas particulares.

Para dar conta dessas questões, demonstraremos, num primeiro momento, quais são os recursos sociais que estão associados aos elementos de inserção e crescimento da profissão do arquiteto e urbanista, assim, cabe pontuar que as formas de sociabilidade, a relação entre as origens sociais do arquiteto e sua trajetória refletem no campo de atuação profissional. Num segundo momento demonstraremos o entendimento que os arquitetos possuem quanto às posturas de envolvimento das entidades representativas da classe, entendendo tais entidades como uma associação de acúmulo de capitais sociais⁷ fundamentais nas lutas profissionais, e

⁵ Censo realizado a partir do cadastro de profissionais do sistema de informação (SICCAU) do conselho. Com a criação do CAU dos estados e do DF, em 2011, foi proposto um questionário para mais de 99 mil profissionais que se registraram, de forma a promover um recenseamento sobre vários temas inerentes à profissão. Foram mais de 83 mil respostas de todo o Brasil.

⁶ O Registro de Responsabilidade Técnica é o documento de emissão permitida apenas aos profissionais arquitetos e urbanistas e que comprova que projetos, obras ou serviços técnicos de Arquitetura e Urbanismo possuem um responsável devidamente habilitado e com situação regular perante o Conselho para realizar tais atividades. Os RRTs são gravados no Sistema de Informação e Comunicação do CAU (SICCAU) e compõem o acervo técnico do arquiteto e urbanista, com as informações registradas sobre o exercício da profissão. (Cf.: <<http://www.caubr.gov.br/1-para-que-serve-o-rrt/>>).

⁷ O sociólogo francês Pierre Bourdieu definiu Capital Social como “o conjunto de recursos atuais e potenciais que estão ligados à posse de uma rede durável de relações mais ou menos institucionalizadas de interconhecimento e inter-reconhecimento”.

assim, apreender seus objetivos na regulamentação profissional, que vão além do alcance do diploma. Portanto, volta-se aqui à observação quanto às lutas profissionais muito mais orientadas para o monopólio da legitimidade e sua prevalência no mercado de trabalho do que para a disputa na defesa entre conceitos e diretrizes curriculares. Assim, a análise do processo biográfico e da socialização profissional⁸, através das entidades representativas e dos arquitetos protagonistas, torna-se um elemento fundamental para compreensão da forma como os indivíduos incorporam a cultura do grupo profissional.

Diante do contexto de conflito extraprofissional, vê-se o certificado acadêmico como um importante instrumento de distinção dos grupos profissionais, que pode determinar as fronteiras do campo de trabalho de um saber específico. Esse tema ocupa um lugar central na condição de análise de mercado de trabalho dependente das determinações dos critérios de habilitação e exercício de uma específica atividade. Nessa perspectiva, tal investida nos encaminha para o entendimento das estruturas particulares da atividade de arquitetura e urbanismo, mostrando sua política de formação – como a exigência do diploma acadêmico, por exemplo –, que pode servir para garantir a qualidade dos serviços prestados, uma vez que os clientes não dispõem de competências específicas para apreciar o que está sendo oferecido (PARSONS, 1968).

Aqui, vale lembrar que, principalmente em contextos como o do Brasil, um conjunto vasto de trabalhos tem demonstrado que a regulamentação das profissões e a exigência da formação acadêmica voltaram-se não só para uma reserva de espaços no mercado de trabalho, mas se constituíram como recursos fundamentais para atuar na esfera política (PETRARCA, 2015). A partir disso, acredita-se ser possível apreender os usos que os arquitetos fazem da relação com o Estado para a atuação no mercado de trabalho. Dessa forma, ressalta-se o entendimento de que as

⁸ Hughes (1950) identifica pelo menos três grandes mecanismos de socialização profissional: (i) a “passagem através do espelho”, que consiste em olhar o mundo profissional como refletido em um espelho. Essa metáfora representa a imersão na cultura profissional e a passagem através do espelho é o momento em que o iniciante passa a ver o mundo não mais com os olhos de um aprendiz, mas com os olhos de um profissional; (ii) a “instalação da dualidade” que representa o confronto entre o modelo ideal que caracteriza a profissão e o modelo prático que diz respeito às tarefas cotidianas daquela profissão. Essa segunda fase se caracteriza pelas lutas, no seio dos grupos profissionais, para manter o controle das tarefas nobres. E por fim, (iii) a fase de “conversão última”, que é o ajustamento da concepção de si. Essa fase implica tomada de consciência e identificação das possibilidades, na qual o indivíduo se vê entre escolhas a fazer e, para isso, ele precisa articular os critérios do sucesso profissional com oportunidade.

profissões não estão separadas do processo político de construção do Estado moderno que concede menor ou maior autonomia aos grupos profissionais na definição dos critérios de acesso aos postos políticos (BARBOSA, 1993; FREIDSON, 1996). Essas são condições externas que merecem investigação meticulosa para o real entendimento das intervenções sociais, políticas e econômicas que influenciam os arquitetos no mercado de trabalho.

1. Trajetos sociais e recursos de socialização

É através da apuração das trajetórias dos arquitetos e dos itinerários biográficos que se torna possível aprender as bases sociais nas quais estão respaldadas as formas de atuação profissional e posições ocupadas na esfera do grupo profissional. Tais bases sociais correspondem tanto às origens sociais, bem como às modalidades de inserção profissional e à relação que os arquitetos estabelecem com outras esferas.

A análise das trajetórias e dos relatos de vida dos arquitetos permite a articulação de temas de características objetivas – ocupação dos pais, escolaridade, cargos, inserção em outras esferas – com as questões de ordem subjetiva – relatos sobre as origens, sobre a entrada na arquitetura, motivos para a escolha do curso. Tais relatos estão relacionados a percepções mais gerais sobre a profissão e sobre a importância que assumem diferentes títulos para o exercício da arquitetura (DUBAR, 2005). A socialização familiar, a socialização profissional e outras formas de socialização constituem formas de acumulação de recursos sociais que podem permitir o acesso a posições profissionais e a ascensão interna na atividade.

A análise do investimento na carreira profissional e da socialização profissional possibilita o entendimento dos perfis de carreiras característicos de um ofício (BECKER, 1997). Além disso, ajuda na compreensão do alcance de tal socialização em relação ao acúmulo do conjunto de recursos específicos inerentes aos espaços de atuação. Entretanto, é fundamental associar tais recursos, adquiridos a partir da socialização profissional, com outros diversos, obtidos com a socialização profissional em espaços sociais variados, tais como movimentos sociais, partidos políticos e a família. Portanto, torna-se fundamental compreender o grupo de recursos adquiridos em todas as esferas sociais e não apenas no universo profissional. Nessa direção,

entende-se que é possível perceber as formas de uso que os arquitetos dão à trajetória acadêmica para fins de inserção na vida profissional e possível ascensão nas formas de atuação na atividade de arquitetura e urbanismo. A observação dos percursos sociais, profissionais e acadêmicos colabora para viabilizar as identificações quanto à relevância do título acadêmico diante de diversos recursos sociais obtidos e reunidos através dos vínculos disponibilizados pelo meio familiar e pelo “investimento” nas esferas políticas e profissionais.

Nesse sentido, apontaremos diversas observações de significância, relativas a uma gama de recursos sociais que permitem conduzir os arquitetos às possibilidades de atuação em cargos, funções e atividades de notoriedade no mercado de trabalho da categoria. Tais considerações possibilitam compreender como ocorrem as inserções profissionais em atividades de segmentos considerados de maior relevância no campo de atuação dos arquitetos. Assim, considera-se que as fontes de renda, aliadas às atividades de maior importância no universo da categoria, podem ser alcançadas a partir de vários mecanismos de recrutamento, que podem estar associados à criação de redes de relacionamentos, às posições de origens mais altas, à utilização do diploma como um instrumento de destaque social e ao investimento em atividades que produzem maior visibilidade social e retornos financeiros.

Um aspecto importante para a compreensão do objeto aqui indicado, é a consideração do currículo acadêmico como um componente fundamental para a formação e imersão do arquiteto no mercado de trabalho. Contudo, para que ele obtenha importância, é fundamental sua articulação com outros instrumentos e outras formas de recurso. Portanto, concluiu-se que o diploma, mesmo sendo entendido como um forte requisito de reserva de mercado, sua utilização jurisdicional não existe sem a vinculação com outros recursos que estão além do currículo escolar. Dessa forma, existem aqueles que vinculam a força simbólica do título universitário à inserção em estágios, em escritórios de arquitetura e construtoras, para, assim, firmarem uma rede de relacionamentos e, conseqüentemente, conquistarem espaços de atuação, antes mesmo da obtenção do diploma. Há outros que articulam o diploma com elos familiares de classes sociais mais altas, para se utilizarem de influências políticas e sociais e, assim, ocuparem cargos e funções de notoriedade, como cargos de chefia em órgãos públicos, por exemplo. Há, também, os que investem em projeções da autoimagem, a partir de vários recursos que podem permitir prestígio

social e, dessa forma, resultar em vantagens mercadológicas ao profissional, que se firma como um instrumento de resposta às necessidades de consumo da alta sociedade.

Uma das questões que as informações coletadas permitem verificar é que, dentre os vários tipos de inserções no mercado de trabalho, o arquiteto intenta considerar o diploma como dispositivo para que o grupo profissional seja reconhecido e legitimado socialmente, sendo detentor monopolista de uma área de atividade profissional. Os arquitetos buscam, com isso, conferir-lhes um elevado prestígio social permeado pela conflitualidade e pelo poder de controlar e monopolizar determinadas atividades. Dessa forma, o arquiteto oferta-se à sociedade como uma mão de obra qualificada e diferenciada, detentora de uma expertise de utilidade social, que se firma na relação de confiança entre o profissional e o cliente.

Sob outra perspectiva, há algumas estratégias de inserção no mercado de trabalho que não são associadas diretamente à formação acadêmica e seu poder de jurisdição. É o que acontece na efetivação das atividades relacionadas com o exercício da arquitetura de interiores. Pois algumas atividades não requerem o diploma para sua efetivação, mas impõem a condição mínima do estabelecimento de “boas relações” sociais e comerciais para que o profissional possa se manter num ranking de profissionais de intensa visibilidade social. Essa evidência pública é requisito essencial de inserção numa elite de arquitetos considerados detentores das maiores remunerações, entre seus pares, e que provém da arquitetura de interiores. Esses profissionais estão, em sua maioria, envolvidos em condições de contratações comerciais que não precisam estar articuladas diretamente com a formação universitária.

Percebe-se que os mecanismos sociais de ascensão e estabelecimento profissional do arquiteto e urbanista estão baseados em um capital de relações que abrange outros ambientes externos à profissão. Identifica-se que há uma diversidade de mecanismos de inserção profissional e que nem sempre o aspecto de formação profissional é o requisito de maior relevância para a inserção e ascendência do arquiteto. Nesse aspecto, identificaremos, a seguir, as formas de utilização desses variados recursos que contribuem para a inserção e formação da hierarquia interna do mercado de trabalho do arquiteto e urbanista.

1.1. Mecanismos de inserção e atuação profissional

O estágio, em construtoras, órgãos públicos e escritórios de arquitetura, apresenta-se como uma importante etapa no trajeto de ingresso na carreira profissional, sobretudo a ser realizado na formação universitária, momento em que as redes de relacionamento têm uma tendência a serem estabelecidas. O estágio pode ser considerado como componente do conjunto de artifícios para as inserções sociais, pois ele contribui com o acúmulo de recursos que podem ser transformados em posições profissionais e destaques de oportunidades de trabalho. Portanto, o estágio é visto como um investimento na atmosfera de iniciação no mercado de trabalho e que, dessa forma, pode se tornar de fundamental importância para a obtenção de recursos sociais que ajudam a ampliar os espaços de atuação profissional.

Os espaços são conquistados antes mesmo da obtenção do diploma e o fato de que, apenas a apresentação como um estudante de arquitetura, torna possível o ingresso em estágios que proporcionam um movimento expressivo na socialização do candidato ao ingresso na área. Dessa forma, essa socialização indica que não é apenas por meio do título acadêmico que se ocupam os espaços, pois quando se obtém o diploma já se tem um conjunto de relações e contatos definidos. Portanto, entende-se que, apesar da relevância do diploma para a entrada e crescimento na arquitetura, é preciso levar em consideração os demais “títulos” que os arquitetos acumulam para contribuir na sua ascensão profissional. Afinal, pelo visto, essa disposição, dos usos sociais do diploma nos universos profissionais, está relacionada com a ideia de profissão que alia seus conhecimentos especializados à aplicação de sua expertise em diversos meios sociais (HUGHES, 1950).

A ausência do estágio na carreira do arquiteto pode criar circunstâncias que determinem um grau de dificuldade para se relacionar socialmente. Conseqüentemente, o profissional, poderá encontrar o mercado mais restrito após sua formação acadêmica. Nessa condição, a universidade exerce uma função significativa, pois nela, é comum existir a indicação de alunos para exercerem estágio nas maiores empresas de arquitetura. Dessa forma, durante a trajetória acadêmica, a instituição de ensino pode se tornar um espaço de formação de base dos relacionamentos e do ingresso no mercado de trabalho. Não é a construção escolar que será a condição única de entrada e progresso profissional, portanto, o vínculo

com amizades estabelecidas no interior do universo acadêmico é uma condição fundamental para a ocupação em estágios e espaços no mercado de trabalho.

Os dados coletados mostram que uma forma muito comum de entrada na profissão e possível ascensão na hierarquia ocorre através de indicações para a ocupação de cargos públicos, como chefias e diretorias de instituições do estado. Esses cargos geralmente são utilizados como uma garantia financeira para o mantimento do escritório de arquitetura, já que a sazonalidade de clientela independe do papel profissional e social que o arquiteto conseguiu constituir. A procura por ocupação nessas funções é muito intensa, pois os salários são altos e a permanência no período de gestão política é garantida, já que as indicações para a posse dessas colocações são realizadas por amigos próximos e, em alguns casos, por parentes. O prestígio das redes de relacionamentos é considerada como uma abertura na inserção desse mercado e as “influências” quanto às amizades e conhecidos são uma via determinante para a ascensão de postos de atuação, como, por exemplo, o progresso de estagiário para ocupação direta em um cargo de chefia ou diretoria pública.

Nas relações de trabalho dos arquitetos existem as possibilidades de troca de influências, ou seja, numa “via de mão dupla”, as contrapartidas de atendimentos de demandas se fazem presentes. Essas correlações acontecem principalmente nas questões de cunho político e que envolvem profissionais e pessoas relacionadas ao campo da construção civil e que ocupam posições em elevadas e diferentes esferas sociais e não apenas na esfera política, como donos de construtoras, grandes empresários e pessoas de influência no mercado imobiliário. Nesse aspecto, as relações sociais estão ajustadas por critérios profissionais que se estabelecem a partir da “autonomia” que os cargos públicos proporcionam.

São as necessidades comerciais que, muitas vezes, determinam a continuidade de ocupação no cargo público e são definidas via “atendimentos” de demandas que as relações de amizades estabelecem. Essas são situações que, corriqueiramente, acontecem em momentos de alternância da gestão pública, com a troca de secretários municipais. No momento de tal alternância, os atendimentos políticos são levados em consideração e os pedidos de permanência nos cargos públicos surgem ou não, a partir dos empresários que estão diretamente ligados ao cargo público ocupado. São cargos vinculados às secretarias de construção e

urbanismo, que determinam as obras públicas e particulares que serão executadas na cidade. Por consequência, as indicações de “amigos” para as ocupações de cargos de confiança acontecem associados aos favores que são concedidos em forma de contrapartida. Exemplo disso são as “desburocratizações” de processos, de empresas, dependentes de aprovações em órgãos públicos municipais. Com esses desentrelaçamentos, os fluxos nas redes de relacionamentos vão aumentando e as possibilidades de continuidades nos cargos de confiança, a partir de um círculo de influências, são ampliadas.

Conforme observado, os órgãos públicos são espaços de investimento na carreira do arquiteto e urbanismo. As instituições públicas, atreladas aos serviços de controle urbano e de obras públicas, tornam-se espaços que podem oferecer possibilidades de contato com as pessoas de influências políticas, como também com as pessoas que detêm o “poder” de definir os profissionais que ocuparão os cargos de maior chefia nessas instituições. Além disso, o universo desses órgãos é propício à absorção de informações relacionadas a todos os debates e a negociações que ocorrem para determinação do crescimento urbano da cidade. Nesse aspecto, a atividade de arquitetura e urbanismo está articulada diretamente com os direcionamentos técnicos e políticos que esses órgãos determinam. Dessa forma, os arquitetos que ocupam cargos vinculados aos órgãos públicos são detentores de informações privilegiadas e, em alguns casos, de dados técnicos sigilosos de ordem política. Essa condição os define como agentes indispensáveis para a efetivação das ações do órgão e assim a permanência do arquiteto no cargo de chefia ganha uma maior credibilidade e garantia.

O cargo público nem sempre aparece como uma garantia de ascensão para o arquiteto, mas, ao se destacarem as experiências adquiridas dentro do órgão ao qual o profissional esteve articulado, sua projeção profissional pode assumir uma autonomia utilitária da imagem, já que ele vai se tornando detentor de conhecimentos técnicos que o convertem num agente diferenciado em relação aos seus pares. É como se o espaço de atuação dentro daquele órgão se tornasse de uso e ocupação exclusiva do profissional que assumiu o cargo de chefia da instituição. Isso ocorre principalmente enquanto as redes de conhecimento se fizerem politicamente fortes durante a permanência do arquiteto no cargo. Em síntese, o cargo público vai

formando um profissional de conhecimentos específicos e, assim, propiciando o fortalecimento da imagem do arquiteto diante do mercado de trabalho.

Nesse contexto, o arquiteto dá continuidade à formação de suas redes de relacionamentos e nesse fluxo de amizades, vários trabalhos podem surgir, paralelamente, a partir de trocas de favores, como por exemplo a desburocratização de processos que são iniciados no órgão. Em contrapartida, o proprietário do processo torna-se cliente desse arquiteto que facilitou o trâmite de seu processo e, assim, mais uma amizade é criada nesse cenário de “acordo de mão dupla”.

O órgão público representa, para o universo da arquitetura e urbanismo, um potencial trajeto de inserção no mercado de trabalho, e, nessa perspectiva, a intenção de penetração nesse circuito da atmosfera pública torna-se cada vez mais forte, pois é um espaço envolto numa diversidade de agentes que produzem fortes possibilidades de ascensão profissional. Nessa direção, vários aspectos de crescimento profissional podem surgir, como por exemplo a estabilidade financeira dos escritórios de arquitetura e urbanismo, o encadeamento contratual com órgãos públicos e a inserção em grandes construtoras/empresas, para assumir cargos de chefia.

O caminho de chegada ao cargo público é estabelecido por várias possibilidades de acesso e em muitos casos a realização de atividades inerentes ao órgão é uma delas. Existe uma gama de serviços ofertados pelos arquitetos onde é obrigatória a presença da chancela do Estado para que a atividade seja executada. São licenciamentos, regularizações, alvarás, análises técnicas, determinações de diretrizes, etc., ou seja, um vasto poder de assentimentos e determinações que o setor público tem em seu domínio quanto às atividades dos arquitetos. Conseqüentemente, o contato cotidiano do profissional com o órgão público torna-se, até certo ponto, inevitável. Nesse sentido, os escritórios e construtoras, que têm a necessidade de interação com as regulamentações de ordem pública, precisam manter um intenso contato com as diretrizes determinantes que se originam desses órgãos.

As origens sociais se mostram importantes referências para entendimento do grupo analisado, sobretudo quanto ao estudo das características envolvidas em termos de princípios sociais e que se refletem nas carreiras profissionais. São quesitos que necessitam de análise para a compreensão do processo de entrada no mercado de trabalho do arquiteto e do desenvolvimento de suas atividades. Para tanto, é

essencial considerar quais são as esferas sociais em que os agentes possuem origem e estão inseridos, sejam elas as esferas familiares, políticas ou escolares, que contribuem para determinadas apropriações sociais e utilizações do diploma.

Interessante de se notar na fala de alguns entrevistados é o aspecto relacionado ao processo criativo, que possibilita o encaminhamento para outras áreas artísticas, ou seja, não apenas à arquitetura. Na verdade, o que também se busca, além da atuação em regiões que não são apenas inerentes à arquitetura, são os requisitos básicos para composição de cargos que estejam diretamente ligados com a diversidade artística, isto é, cargos de destaque em instituições culturais. Assim, quando esses arquitetos indicam as causas que os induziram a fazer arquitetura e urbanismo, eles estão também apontando alguns elementos essenciais que justificam sua posição de notoriedade. Portanto, o acesso à cultura, de forma geral, proporcionado por livros, música, viagens ao exterior, etc., explicitam a dimensão da formação cultural para a formação de certas qualidades essenciais na arquitetura e urbanismo.

Percebe-se que a socialização familiar exerce um papel fundamental para a obtenção de uma posição social e profissional elevada. Trata-se de uma condição de legado cultural adquirido pelos meios de “prestígio social” associados às origens sociais do arquiteto. Portanto, a família e a posição de origem podem contribuir na definição social do indivíduo, como também na seleção entre membros de um mesmo grupo social e familiar. Dessa forma, o reconhecimento das origens sociais pode constituir um artifício de ocupação de algumas posições de relevância profissional.

A colocação favorável quanto à presença do diploma como uma garantia para a efetivação das atividades de arquitetura está vinculada também aos critérios de formação familiar e que fazem diferença no momento de contratação do profissional de arquitetura. Isto é, o que se mostra em evidência nem sempre é o conhecimento adquirido durante a trajetória na faculdade, mas sim as origens sociais que determinam a atuação no mercado de trabalho, como, por exemplo, o local de experiência profissional e não a faculdade. Nesse contexto, o que indica a possibilidade de inserção de atuação profissional é o currículo acadêmico, utilizado como uma chancela de atuação no campo mercadológico, aliada aos recursos de capital social que provêm de famílias com origens sociais mais altas. Já, para os profissionais com origens sociais mais baixas, a vivência na faculdade não é apenas

o determinante para a formação de conhecimentos, mas também para se fazerem os primeiros contatos, com professores atuantes no mercado de trabalho, que o possibilitarão ingressar nos estágios que serão a porta de entrada para as efetivações em empregos e captação de futuros clientes.

Aqueles que se colocam defensores do diploma, como constituinte da qualificação e habilitação profissional, indicam o currículo acadêmico como essencial para evitar a entrada de novos atores no mercado de trabalho, “restrito”, dos arquitetos e urbanistas. A obrigação legal do diploma, sendo entendido como um formador da mão de obra qualificada atuante no mercado de arquitetura, pode ser percebido como um instrumento legal de garantia dos limites da jurisdição profissional. Constitui-se, então, como uma estrutura de poder para a profissão, poder baseado na expertise, garantida pelo controle profissional e renovado pela confiança entre o profissional e o cliente. Por fim, entende-se como uma reivindicação de uma jurisdição com o pedido de reconhecimento pela sociedade de sua expertise por meio de direitos exclusivos.

Essas informações concernentes à formação universitária precisam ser associadas aos entendimentos globais que os arquitetos possuem acerca da significância do currículo acadêmico para a prática profissional. A totalidade dos arquitetos entrevistados defende a obrigatoriedade do diploma do curso superior para o exercício profissional, por considerar que a composição curricular determina a jurisdição de atuação, e, também, sobretudo no contexto atual de sombreamentos presentes nas correntes disputas por espaços de atuação das atividades de arquitetura. Contudo, uma parcela, entende que o diploma é uma etapa necessária para a habilitação da atuação no mercado de trabalho, mas atribuem ao conhecimento prático a responsabilidade no ganho real de capacitação e qualificação para operacionalização das atribuições do arquiteto e urbanista.

Quanto à militância em entidades representativas, percebe-se nitidamente a intenção de incorporar o cargo de conselheiro às atribuições acadêmicas ocupadas no percurso da trajetória. Isso ocorre como um complemento de significância na carreira do profissional, atribuindo uma simbologia de representação e de poder utilitário face à sociedade. Ou seja, o profissional que ocupe algum cargo de relevância dentro da jurisdição acadêmica da arquitetura alia tal cargo à representatividade de “poder” viabilizada pelo conselho de classe. Isso indica uma intensa relação entre a atuação nos conselhos de classe e o exercício em espaços acadêmicos. Os

ocupantes nos cargos de gestão honorífica no CAU não são predominantemente os proprietários de escritórios de arquitetura nem os que atuam no funcionalismo público, e sim os que estão nas universidades, atuando como professores e coordenadores de cursos universitários.

Por fim, permite-se aqui mostrar o quanto as características daqueles que investiram em arquitetura, em termos de recursos sociais acumulados, contribui para consolidar um capital de relações sociais fundamentais para a entrada na arquitetura. Para entender a diversidade das relações sociais existentes na profissão, a noção de capital social tornou-se um instrumento analítico importante. Portanto é nesse aspecto de análise que este artigo busca dar conta dos processos de formação da profissão de arquiteto e urbanista. Dessa forma, por intermédio de modelos analíticos e resultados de investigações empíricas, destacam-se aqui abordagens fundamentais para a análise sociológica das profissões e das ocupações, apresentando os estudos aqui realizados como instrumentos importantes para a leitura das plurais recomposições sociais, econômicas e culturais que atravessam o mundo do trabalho nas atuais sociedades globalizadas.

2. Conselho de classe e representatividade social

Freidson (1996), traz o entendimento de que existe uma lógica de organização e funcionamento das profissões, onde a característica fundamental desse raciocínio é a submissão de seus membros à educação formal e ao ensino superior. Portanto o diploma e o ensino superior se constituem como as principais habilitações das profissões, mas criam, ao mesmo tempo, uma reserva de mercado, excluindo, assim, aqueles que não possuem tais credenciamentos. Dessa forma, o que diferencia uma ocupação da outra é o conhecimento especializado, que é fundamental para a realização de determinadas tarefas na divisão do trabalho. É o que Freidson (1996) chama de “autoridade de expertise”. Nesse contexto, o Estado se apresenta como instituição que mantém o poder de garantir o processo de profissionalização da ocupação, permitindo a constituição de uma política própria à profissão e considerando o diploma como grandeza máxima de toda a estrutura de formação de aquisição do *status* profissional. Freidson (1996) relaciona o processo de profissionalização a um conjunto de estratégias coletivas para estabelecer o

monopólio sobre um mercado específico de serviços com a ajuda do Estado. Com isso, o Estado permite à profissão a soberania legal para recrutar, licenciar, reavaliar desempenhos e estabelecer os limites formais da sua jurisdição e, assim, constituem-se os direitos das associações profissionais. Nessa linha, os processos políticos de constituição do Estado estão associados à progressiva autonomia concedida a determinados grupos profissionais na definição de critérios de acesso aos postos públicos. Logo, destaca-se também como objeto de análise deste artigo o papel do Estado, para as instituições do profissionalismo, no estabelecimento dos espaços reservados de atuação como também o desenvolvimento do Estado-providência e o tipo de intervenção sobre os sistemas de ensino e formação (RODRIGUES, 2002)⁹.

Várias questões dão o rumo das opiniões quanto a alternância legislativa da regulamentação da profissão dos arquitetos. Temas como poder e domínio, corporativismo, representatividade e respeito social, reconhecimento do Estado e autonomia sobre jurisdição permeiam os debates sobre as influências que as temáticas aqui apontadas produziram no percurso da atividade de arquitetura e urbanismo. Nesse aspecto, incluem-se questões inseridas no âmbito do entendimento da relação da trajetória de uma atividade e sua interação com critérios de formação profissional, tais como: entidade associativa, conhecimento técnico especializado, código de ética, reserva de mercado e todos os aspectos sociais, econômicos, políticos que interferem no percurso de ascendência de uma ocupação ou profissão.

O contexto de visibilidade social é um ponto muito abordado entre os arquitetos e é considerado como um importante diferencial para a categoria, já que, profissionalmente, essa questão cria uma notoriedade mercadológica. Soma-se a essas relações o preceito de que a profissão de arquiteto é uma atividade elitizada e que precisa de visibilidade social aliada a uma entidade associativa de forte persuasão social. Contudo, esse posicionamento é contraditório já que o relacionamento prioritário, com as classes mais altas, diminui ainda mais as formas de atuação dos arquitetos que não estão inseridos no circuito de visibilidade das mídias específicas à arquitetura. Há os arquitetos que entendem o CREA como uma entidade que fortalece

⁹ Nos países de língua inglesa, as ocupações organizaram o seu próprio movimento para garantir conhecimento e proteção estatal. A postura do Estado foi pouco ativa, ao contrário do que se manifestou na Europa, onde o Estado atuou no sentido de organizar tanto a capacitação profissional, como o emprego. A posição ocupada pelas novas profissões, no mercado, ocorreu não pela capacitação específica, mas pelo prestígio das instituições de ensino superior às quais as profissões estavam vinculadas.

essa visibilidade, independente das mídias direcionadas. É a visão de que a representatividade da anterior associação é como um sistema de relações que pode ser manipulado em termos de eficiência e eficácia, ou seja, a organização é vista como um sistema que busca sua sobrevivência em coletividade envolta em processos de relacionamentos políticos e sociais que se estabeleceram no percurso da constituição e permanência da instituição. Assim, diante dessa perspectiva, algumas opiniões contrárias à criação do CAU veem que o CREA é uma organização que tem a habilidade de moldar seu poder de manipulação representativa de classe para realizar determinados fins.

Há os arquitetos que entendem o CAU intencionado em dignificar seus membros. Existe a compreensão de que baseado no saber específico, a associação tenta legitimar o grupo profissional como possuidor da competência para fiscalizar o mercado e punir os “charlatões”. O CAU surge numa ideia de distinguir-se das demais profissões, existentes no CREA, por seus méritos profissionais. Nesse aspecto, o Estado é visto como um propósito de alcance pelos atuais diretores do conselho de arquitetura. O governo pode voltar a se tornar um instrumento de ampliação do campo de mercado, de forma que as contratações profissionais estejam associadas à obrigatoriedade de implementação das atividades de arquitetura no Estado. Para isso acontecer, torna-se necessário que o governo volte a reconhecer a obrigatoriedade do profissional de arquitetura, e seus conhecimentos, inseridos na estrutura governamental. Assim, aparecem, nas entrevistas, discursos que apontam a iniciativa do CAU em tornar o arquiteto, com sua expertise, um auxiliar técnico para o Estado.

Entretanto, com ponto de vista contrário ao posicionamento anterior, alguns arquitetos considerados nesta pesquisa não vislumbram uma aproximação do Estado com o CAU. Compreendem que, se com o CREA era difícil uma proximidade, mais ainda será com o novo conselho sem visibilidade e poder organizacional. Nesse aspecto, uma parte dos arquitetos contrários à nova regulamentação vê a profissão do arquiteto subjugado pelo Estado, de forma que, politicamente, não é reconhecida como uma atividade essencial para as questões de envolvimento estatal. Ou seja, deve-se salientar que, entre os trabalhos que fazem parte das indispensabilidades do estado, o novo conselho precisará disponibilizar-se a vinculações que sejam convertidas em propostas de interesse do Estado.

Os depoimentos obtidos permitem entender que a reconversão social não deve ser restrita aos profissionais, sendo necessária a articulação do conselho de classe com outras instâncias que possibilitem visibilidade social, para que, assim, a categoria adquira notoriedade de indispensabilidade dos serviços de sua expertise. Consequentemente à essa ressignificação das relações sociais e políticas, o Estado continua sendo considerado um dispositivo fundamental de valorização profissional, compondo os agentes de formação das redes de relacionamentos e possíveis campos de atuação.

Considerações Finais

Este artigo constituiu-se na busca de uma contribuição para a Sociologia, no que concerne a ajudar a compreender mais acerca de questões atinentes à profissão de arquitetura e urbanismo, mais especificamente, no entendimento das dinâmicas sociais de formação do grupo profissional. Foi realizada uma análise sobre os arquitetos, seus espaços de atuação profissional, focando na análise dos conflitos em torno da criação do novo conselho de classe e da lei de regulamentação da atividade de arquitetura e urbanismo.

Tal apuração mostrou que o exercício da atividade de arquitetura e urbanismo apresenta-se associado à competência de aplicação em diversas áreas de atividade e que essa condição proativa é determinante para o êxito na trajetória profissional. Ademais, várias informações relevantes foram encontradas em um mesmo percurso em conjunto, o que permitiu compreender a história coletiva da arquitetura, e dessa forma, reconhecer os recursos que descrevem os investimentos na profissão de arquitetura e urbanismo.

Vários recursos são acumulados para que os arquitetos consigam entrar no mercado de trabalho, ascender profissionalmente e, dessa forma, serem conduzidos aos empregos e às formas de atuação de relevância para categoria, a exemplo de ocupações em cargos públicos de chefia, coordenações de cursos universitários, gerência de escritório/empresa próprios e atuação autônoma (*freelancer*) em arquitetura de interiores. Nesse sentido, é necessário que os recursos familiares, escolares, sociais, políticos, etc., estejam articulados para efetivação da inserção

profissional e posterior ampliação das possibilidades de atuação em diversas esferas da atividade.

A análise dos métodos dos arquitetos para formar e manter sua rede de relacionamentos mostrou que a atuação na arquitetura necessita de um desempenho pessoal para firmar contatos. Mostrou também como o arquiteto aproveita dessa socialização para redefinir o contexto de seu exercício profissional. Nesse aspecto, demonstra-se com intensidade a exigência midiática que o mercado, associado à sociedade de classes mais altas, impõe aos profissionais para manutenção de sua carreira. Portanto, conclui-se que, dentre as redes de relacionamento, precisam existir “bons relacionamentos” com contatos que compõe classes sociais mais altas.

Com a saída dos arquitetos do CREA e a subsequente criação do CAU e da Lei 12.378/10, que passou a regulamentar a atividade de arquitetura e urbanismo, cria-se um cenário envolto em processos que a profissão articula para tentar controlar o mercado de trabalho. Além disso, existe também a expectativa de impor os recursos e as concepções legítimas da profissão. É o que acontece a partir da edição da Resolução nº 51, que estabelece as atividades privativas da atividade de arquitetura e urbanismo, e do código de ética, que passa ser o principal instrumento balizador de fiscalização das condutas dos profissionais registrados no CAU. Portanto, além da investigação da profissão de arquiteto sob o ponto de vista das trajetórias sociais, políticas e profissionais dos arquitetos protagonistas, foi preciso analisar, também, os confrontos em torno da constituição da nova lei de regulamentação.

O Estado foi o principal mecenas das atividades de arquitetura e urbanismo durante o processo de constituição da profissão. Contudo, durante a investigação, percebeu-se que, atualmente, os arquitetos vêm o Estado como uma instância de poder que domina a profissão e não a considera como atividade essencial para os contextos de “políticas públicas”. Portanto, na trajetória da profissão de arquiteto, o Estado se afastou da atividade de arquitetura, atribuindo ao engenheiro civil uma maior notoriedade quanto aos processos de obras públicas. Esse contexto insere-se no histórico de conflitos extraprofissionais, aqui analisados, e acirra os embates de abrangência de alcance de atuação profissional. Ou seja, é nítida a necessidade que a entidade associativa dos arquitetos tem de, também, realizar constituições de relações, sobretudo contatos políticos, para criar as possibilidades de estreitamentos de interesses e contrapartidas de relações institucionais.

Conclui-se que a administração das relações é fundamental ao longo da vida profissional, e os recursos de inserção e ascendência profissional, referenciados anteriormente, são fundamentais para isso. Por meio da análise da carreira dos arquitetos e sua principal entidade representativa profissional, foi possível constatar a existência, no universo da profissão de arquiteto e urbanista, de um processo de reconversão de capital social, movido pelo exercício do saber técnico num âmbito político e de disputas. Tem-se também a concepção dos moldes capitalistas em elementos de produção da arquitetura, e que envolve o trabalho do arquiteto que se estabelece no exercício de atividades que vão além de serviços de arquitetura. Portanto, este estudo concedeu uma melhor perspectiva de compreensão da profissão de arquiteto e urbanista, e esse entendimento foi se tornando mais consistente muito em razão da escuta dos arquitetos entrevistados, que expuseram suas concepções a respeito das divergências nas formas de participação no mercado de trabalho, contribuindo assim para a reflexão da formação das profissões. Desse modo, esta dissertação constituiu colaborações significativas para a reflexão da composição das profissões e das teorias quanto à profissionalização e mercado de trabalho.

REFERÊNCIAS

ABBOTT, A. **The Future of Professions: Occupation and Expertise in the Age of Organization**. Volume 8. 1991.

ANGELIN, P. E. Profissionalismo e Profissão: Teorias Sociológicas e o Processo de Profissionalização no Brasil. **REDD – Revista Espaço de Diálogo e Desconexão**. Araraquara. 2010.

BARBOSA, M. L. O. As Profissões no Brasil e sua Sociologia. **Dados - Revista de Ciências Sociais**. RJ, Vol. 46, n. 3, pp. 597-607, 2003.

_____. A Sociologia das Profissões: Em Torno da Legitimidade de Um Objeto. Rio de Janeiro: **Revista Brasileira de Informação Bibliográfica em Ciências Sociais BIB**, n. 36, 2.º semestre de 1993.

BARBOSA, M. L. de O. **Para onde vai a classe média**: um novo profissionalismo no Brasil. São Paulo: *Tempo Social*, v.10, n.1, p.129-142, mai. 1998.

BECKER, H. **Truques**. Segredos e Truques da Pesquisa. Rio de Janeiro: Zahar, 2007.

_____. **Introdução: Métodos de Pesquisa**. In: Métodos de Pesquisa em Ciências Sociais. São Paulo: Hucitec, pp. 9-16, 1997.

BONELLI, M. da G. **Estudos Sobre Profissões no Brasil**. BIB 41, 1996

_____. **Profissionalismo e Construção do Estado**: o instituto da Ordem dos Advogados brasileiros e os Limites das abordagens Centradas no Mercado. Universidade Federal de São Carlos. 1998.

BOURDIEU, P. **O Poder Simbólico**. Rio de Janeiro: Bertrand Russel, 1989.

BOURDIEU, P. **Le Sens Pratique**. Paris: Les Editions de Minuit, 1980.

CASTILHO, J. R. F. **O Arquiteto Como Profissional Liberal**: O Código Guadet (1895). Disponível em: www.vitruvius.com.br/revistas/read/arquitextos/14.168/5221. Acesso em 30 de março de 2016.

DUBAR, C. **A socialização**: construção das identidades sociais e profissionais. Portugal: Porto Editora, 2005.

_____. **Arte, privilégio e distinção (artes plásticas, arquitetura e classe dirigente no Brasil, 1855-1985)**. São Paulo: Perspectiva, 307p, 1989.

_____. **A profissão de arquiteto**: estudo sociológico. Rio de Janeiro: CREA 5a. Região, 113p, 1974.

FREIDSON, E. **La Teoria de Las Profesiones Estado Del Arte**. Perfíles Educativos. Universidad Nacional Autónoma de México, vol. 23, n. 093, pp. 28-43, 2001.

_____. Para uma análise comparada das profissões: a institucionalização do discurso e do conhecimento formais. **Revista Brasileira de Ciências Sociais**. São Paulo, v. 11, n. 31, p.141-145, 1996.

GONÇALVES, C. M. Análise Sociológica das Profissões: Principais Eixos de Desenvolvimento. **Revista da Faculdade de Letras: Sociologia**, 17/18, 2007/2008, p.177-224. Disponível em <http://hdl.handle.net/10216/9224>. Acesso em 10 de setembro de 2015.

HUGHES, Everett. **Ciclos, Ponto de Inflexão e Carreiras**. VIII Conferência Anual sobre Teologia em Ação. Massachusetts, 1950.

PARSONS, Talcott. "Professions". In: **International Encyclopedia of the Social Sciences**, 1968.

PETRARCA, F. Pesquisando grupos profissionais: dilemas clássicos e contribuições recentes. In. PERISSINOTTO, R.; CODATO, A. (Orgs.). **Como estudar elites**. Curitiba: UFPR, 2015.

_____. **Esfera Política e Processos de Consolidação dos Saberes Profissionais**. Universidade Federal de Sergipe. 2015.

_____. Construção do Estado, Esfera Política e Profissionalização do Jornalismo no Brasil. Revista de Sociologia e Política. V. 18, Nº 35: 81-94. Fev. 2010. RIBEIRO, Marcelo da Silva. **Memoráveis Sergipanos de Ontem, Hoje e Sempre**. Aracaju, 2016.

_____. **O Jornalismo como Profissão**: Recursos Sociais, Titulação Acadêmica e Inserção Profissional dos Jornalistas no Rio Grande do Sul. Universidade Federal do Rio Grande do Sul – Instituto de Filosofia e Ciências Humanas. Porto Alegre, 2007.

RAMOS, T. B. Estado Novo e Arquitetura: Redes Sociais e Patrimônio Cultural Moderno em Portugal e Brasil. **Revista CPC**, São Paulo, nº12, p. 31-53. Maio/out. 2011.

RODRIGUES, M. L. **Sociologia das Profissões**. Portugal: Celta. 2002.

SALVATORI, E. **Arquitetura no Brasil**: Ensino e Profissão. *Arquiteturarevista*. Volume 4, nº 2:52-77. Julho/dezembro de 2008.

SEGNINI JR, F. **A Prática Profissional do Arquiteto em Discussão**. São Paulo. FAU/USP. 2002. Tese de Doutorado. 2002.

_____. **Arte, Técnica e Mercado: O Trabalho do Arquiteto**. São Paulo. Revista do Programa de Pós-Graduação em Arquitetura e Urbanismo da FAUUSP06/2010; DOI: 10.11606/issn.2317-2762.v0i27p122-135. 2010.